

ESPECIAL

AUDITORIA E REVISÃO DE CONTAS

Um mercado português a duas dimensões

Quase dois anos após a entrada em vigor do novo regime, o balanço é positivo: teve lugar um aumento da qualidade, mas continua a faltar concorrência no setor | P2

CMVM vai estar mais atenta aos órgãos de fiscalização das sociedades | P6

Bastonário da Ordem dos Revisores de Contas: “Receamos que objetivo de maior concorrência não está a ser atingido” | P8

EDITORIAL

Um setor decisivo para a economia



FILIPE ALVES
Diretor

A confiança é o cimento que mantém a sociedade unida. Sem confiança, não há sociedade nem economia que resistam. É com base na confiança que o nosso sistema bancário e financeiro funcionam. É com base na confiança que as novas gerações aceitam contribuir para o sistema de proteção social que assegura assistência na velhice e na invalidez. É com base na confiança que os investidores aplicam as suas poupanças no sistema financeiro e nas empresas cotadas.

E é por isso que a atividade de auditoria e revisão de contas é fundamental para a nossa economia e para a saúde das nossas empresas. Quanto mais transparentes e fiéis à realidade forem as contas das empresas, mais saudável será o nosso tecido empresarial.

Mas para isso é importante que também entre as empresas que prestam serviços de auditoria e revisão de contas exista concorrência e outros incentivos permanentes à qualidade.

Nesta edição fazemos um balanço das regras que entraram em vigor há dois anos, com vista a, entre outros objetivos, criar uma entidade de supervisão do setor (em Portugal é a CMVM) e aumentar a concorrência entre as várias auditoras.

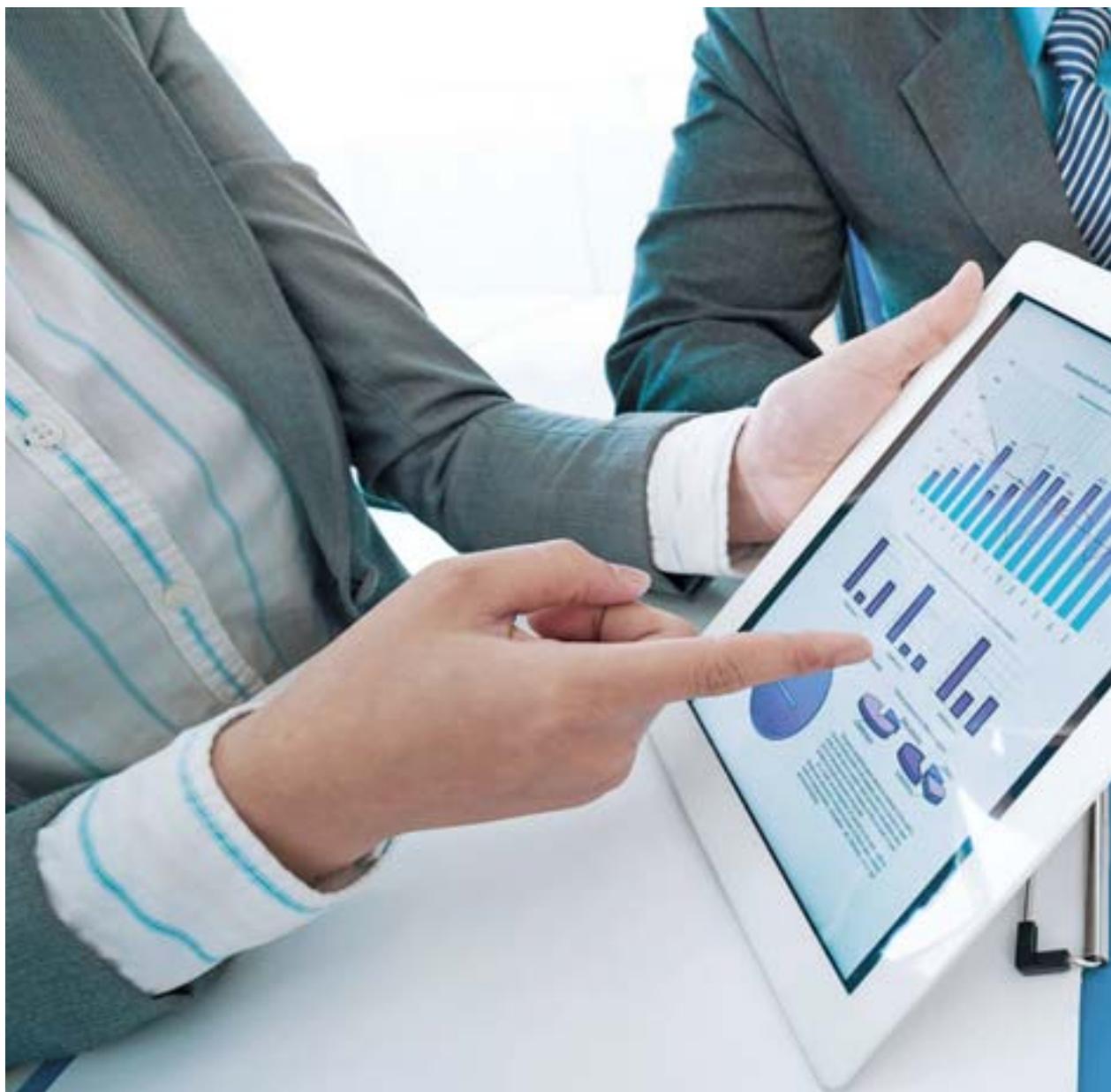
E este balanço é, regra geral, positivo. As grandes empresas estão a adoptar a regra da rotação obrigatória de auditores e a prestação de serviços de consultoria foi limitada ou mesmo vedada em determinadas situações, reduzindo o risco de eventuais conflitos de interesse que pudessem colocar em causa a independência

do trabalho de auditoria e revisão de contas.

Mais poderia ser feito, eventualmente, com a adopção da obrigatoriedade da auditoria conjunta, que existe em países como a França. Esta regra obriga a que as empresas cotadas contratem duas auditoras, uma das 'big four' e uma da "segunda liga", de maneira a potenciar a concorrência no mercado, ao facilitar a entrada das pequenas e médias auditoras no campeonato das grandes.

Outro aspeto a destacar nas novas regras é a maior responsabilização dos órgãos de administração e fiscalização das sociedades. Num país onde durante muitos anos a regra foi "entrar mudo e sair calado", como disse em tempos um membro não-executivo da administração de um grande banco que faliu, nunca é demais lembrar que os primeiros responsáveis pelo que acontece nas empresas são aqueles que nelas desempenham funções de administração ou de fiscalização. ●

A atividade de auditoria e revisão de contas é fundamental para a nossa economia e para a saúde financeira das nossas empresas. Porque é essencial à existência de confiança



Um mercado português a duas dimensões

Quase dois anos após a entrada em vigor do novo regime, assinalam-se como positiva uma melhoria da qualidade, mas continua a faltar concorrência.

RICARDO SANTOS FERREIRA
rsferreira@jornaleconomico.pt

O novo regime jurídico de supervisão de auditoria foi criado, no quadro da directiva europeia sobre o tema, com o fim último de reforçar a confiança dos agentes económicos nos mercados, depois dos abalos provocados pelas crises financeira e económica que ficará

na história como a "Grande Recessão". Era necessária uma reforma para que a confiança, para que a informação financeira prestada pelas empresas fosse encarada como o espelho último do que são as organizações e o instrumento definitivo para que acionistas, trabalhadores, fornecedores, reguladores e autoridades diversas formem os seus juízos e possam decidir.

Em Portugal, dois anos após a entrada em vigor do novo quadro regulamentar, os principais agentes do setor consideram que ainda passou pouco tempo para que possa ser feita uma avaliação exaustiva das mudanças, mas é notória a existência de uma melhoria na qualidade da informação – resultado direto de maior escrutínio e novas obrigações, para diferentes agentes. Ainda que representando



maiores custos para a operação dos auditores.

No entanto, outros pontos da reforma não foram totalmente conseguidos, nomeadamente no que respeita à concorrência, cristalizando um mercado a duas dimensões: as grandes auditoras, que fornecem serviços às entidades de interesse público, e as pequenas auditoras, que ficam na mesma situação em que estavam, mas agora com maiores despesas, decorrentes das novas obrigações.

“As alterações trouxeram melhorias, entre as quais deve ser destacado o reforço do papel dos órgãos de fiscalização e a clarificação das suas responsabilidades, bem como das dos auditores. A reforma aumentou o escrutínio sobre estes órgãos (comissões de auditoria, conselhos fiscais ou conselhos gerais e de supervisão), compostos por uma maioria de membros independentes e onde o auditor não está presente”, diz Vitor Ribeirinho, vice-presidente da KPMG, ao *Jornal Económico*. “Outra das importantes melhorias que considero terem sido bem recebidas pelo mercado verifica-se ao nível dos relatórios emitidos pelos auditores, nomeadamente quanto às matérias objecto de análise pelos auditores e à exten-

“A definição de EIP em Portugal inclui nessa categoria empresas com reduzida expressão, tornando o número de EIP em Portugal significativamente superior ao de Estados-membros com um PIB bastante superior ao nosso”, diz Rui Vieira

são e detalhe das respectivas conclusões”, acrescenta.

Jorge Costa, assurance partner da PwC, diz que “as exigências de reporte aumentaram significativamente”, que “foi necessário alterar procedimentos internos, fortalecer os processos de controlo e alterar sistemas para cumprir com essas exigências”.

“Neste aspeto, estes dois anos foram anos de adaptação a uma nova realidade. Mais exigente, mas que poderá aumentar a credibilização da profissão que é seguramente um dos grandes desafios que se coloca”, acrescenta.

Concorrência limitada

No caso da concorrência, que se pretendia incrementar, o caso é diferente. O assurance partner da PwC aponta que o efeito mais visível do novo enquadramento regulatório foi o da rotação dos auditores, entre as EIP. “Dos grandes grupos económicos, apenas o grupo Sonae ainda não fez as alterações necessárias, estando neste momento em curso o processo de seleção dos novos auditores”, diz.

A verdade é que este ponto da reforma – referente à concorrência – não foi totalmente conseguido, não cumprindo os objetivos de podermos contar com mais agen-

tes no mercado, beneficiarmos de maior transparência e de uma minoração do efeito das relações entre auditores e auditados. As chamadas “Big 4” – as quatro maiores empresas mundiais do mercado da auditoria – mantêm-se a disputar entre si o fornecimento de serviços prestados às entidades de interesse público, sem que tenham surgido novos players. Paralelamente, as empresas de menor dimensão passa a ter de suportar mais pesados em cargos, em resultado das novas obrigações.

As novas regras “exigem uma definição da estratégia a seguir e uma adaptação e reorganização dos auditores e sociedades em que atuam às exigências que lhes são solicitadas”, aponta Paulo André, managing partner da Baker Tilly, ao *Jornal Económico*. Mas acrescenta que, “de um ponto de vista financeiro, a maior carga de trabalho sem justo reflexo nos honorários, o acréscimo relevante no reporte ao supervisor e a introdução das taxas de supervisão, diminuíram na rentabilidade da auditoria, que está a afetar de forma mais relevante as SROC mais pequenas”.

“Este aumento das obrigações de reporte e de controlo também levará a uma maior concentração das auditorias das entidades de interesse público nas chamadas Big 4 e o foco das auditoras de menor dimensão no restante mercado, por não terem condições para cumprir todos os requisitos que o supervisor obriga”, acrescenta Jorge Costa, apontando para a ideia de um mercado fechado, dividido entre grupos de empresas de dimensão distinta, o contrário do que se pretendia.

“Corre-se claramente o risco de passarmos a ter uma clara separação entre Auditores/ROC das entidades de interesse público, número muito limitado, e ou restantes que serão a vasta maioria dos revisores oficiais de contas”, diz.

Facto é que, ao optar por não incluir soluções como a auditoria conjunta como obrigatória, como acontece em França, o legislador português limita, na prática, o acesso dos agentes de média e pequena dimensão ao mercado.

Especificidades do legislador português

A transposição da diretiva europeia para a legislação portuguesa foi rápida – feita quase um ano antes da entrada em vigor – e é, em alguns aspetos, mais ambiciosa do que a proposta comunitária, o que tem merecido críticas.

Rui Vieira, assurance partner da EY, considera que o processo de transição para a aplicação plena do novo enquadramento legal da atividade de auditoria está já concluído. No entanto, aponta aspetos que podem criar focos de conflito e de desvantagem relativa dos agen-

tes em Portugal face a congéneres da União Europeia.

Exemplos: “A definição de EIP em Portugal inclui nessa categoria empresas com reduzida expressão, tornando o número de EIP em Portugal significativamente superior ao de Estados-membros com um PIB bastante superior ao nosso; a definição de serviços proibidos em Portugal é mais restritiva do que o permitido no regulamento, resultando em situações em que a subsidiária local (não EIP) de uma EIP comunitária se vê impedida de contratar ao seu ROC serviços distintos de auditoria que a sua empresa-mãe pode contratar livremente no país de origem”.

Acresce que “ainda existe uma contradição entre o entendimento da CMVM quanto ao limite de honorários relativos a serviços distintos de auditoria (70% da média dos honorários de revisão legal de contas cobrados pelo ROC nos últimos três anos) e o previsto nos Estatutos da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (30% da média dos valores totais de honorários cobrados pelo ROC nos últimos três anos)”.

Vitor Ribeirinho acrescenta que tem sido feito um esforço com vista à uniformização das interpretações do regulamento nos diferentes países, mas que ainda é necessário mais. “Isto é especialmente importante para grupos económicos internacionais, que têm que preparar informação financeira em diferentes geografias e sobre as quais continuam a existir muitas dúvidas de aplicação das novas regras”, diz.

“Portugal não pode correr o risco de ser um outlier neste contexto, sob pena de estarmos a criar custos de contexto adicionais a estes grupos, contradições e uma interpretação que seja divergente e conflituante com a da generalidade das jurisdições”, refere. ●

“A reforma aumentou o escrutínio sobre comissões de auditoria, conselhos fiscais ou conselhos gerais e de supervisão, compostos por uma maioria de membros independentes e onde o auditor não está presente”, diz Vitor Ribeirinho

Mercado espera regulação ainda mais exigente

Depois de um período de adaptação, as auditoras estão à espera de ter um regulador mais atento e interventivo, obrigando a investimentos. Mas será um movimento que vai também exigir mais dos que são auditados.

RICARDO SANTOS FERREIRA
rsferreira@jornaleconomico.pt

Depois destes primeiros tempos de adaptação – da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), como regulador, e dos auditores, face às novas obrigações –, os agentes do mercado antecipam um período de maior exigência, que é confirmado pela instituição liderada por Gabriela Figueiredo Dias neste Especial sobre Auditoria e Revisão de Contas. O esforço na clarificação e no processo de adaptação é reconhecido, mas também existe a noção de que a malha será mais apertada, a partir de agora.

“A CMVM tem aumentado o nível de controlo sobre a atividade, com várias visitas e questões colocadas às empresas de auditoria, mas tem tido uma postura, que nos parece correta, de inspecionar, propor correções, e dar tempo para estas correção acontecerem”, diz Jorge Costa, assurance partner da PwC, ao Jornal Económico, apontando, no entanto, que “o diálogo entre as auditoras” e o regulador “deveria claramente ter sido maior”.

Agora, “antecipa-se uma supervisão – controlo de qualidade – dos auditores por parte da CMVM ainda mais exigente, que obrigará a um reforço da estrutura dos auditores que não estejam ainda em full compliance”, diz ao Jornal Económico Paulo André, managing partner da Baker Tilly. “Ainda que os resultados da supervisão e ações de inspeção levadas a cabo pelo supervisor durante o primeiro ano não sejam ainda conhecidos, apesar da exigência que a mesma justifica, antecipa-se um papel pedagógico e construtivo, contribuindo para a adaptação e melhoria contínua que a profissão sempre necessitará”, sublinha.

Carlos Pinho, partner da Auren, considera que há espaço para melhorias, do ponto de vista de quem fornece os serviços. “Embora sendo observáveis melhorias significativas nos últimos anos, os resultados dos controlos efetuados apontam ainda para algumas áreas

“Os resultados dos controlos efetuados apontam para algumas áreas de melhoria por parte dos ROC/SROC, nomeadamente ao nível da adequação e implementação de sistemas internos de controlo de qualidade, bem como ao nível da adequação e suficiência dos recursos humanos afetos aos trabalhos de auditoria”, diz Carlos Pinho



de melhoria por parte dos ROC/SROC, nomeadamente ao nível da adequação e implementação de sistemas internos de controlo de qualidade nos termos da ISCQ 1, bem como ao nível da adequação e suficiência dos recursos humanos afetos aos trabalhos de auditoria”, diz.

“Por outro lado, ao nível da execução são observáveis oportunidades de melhoria na execução dos trabalhos de acordo com a metodologia do risk based approach, sendo frequentemente adotadas abordagens substantivas sem que os riscos de distorção material sejam adequadamente avaliados”,

acrescenta, apontando que, “para o próximo ciclo de controlos a realizar é expectável que venham a surgir questões adicionais relacionadas com o relato, face à nova estrutura de relato que consubstancia a certificação legal das contas/auditoria às contas”.

Jorge Costa acrescenta outro dado, que constitui uma preocupação: a rendibilidade do negócio.

O risco dos menores honorários

“Processos de seleção de novos auditores têm continuado a significar uma redução do nível de honorários, num setor em que estes já se

encontram em níveis perigosamente baixos”, refere. “Os riscos daqui resultantes não estão a ser claramente analisados nem pelo supervisor, nem pelos reguladores. Honorários continuamente em baixa podem parecer positivos para as empresas que reduzem os seus custos, mas significam necessariamente após um período inicial de ajustamentos, reduções nas margens dos trabalhos, com o respetivo impacto nos resultados das empresas de auditoria, nos salários praticados no setor e consequente atração de novas pessoas para a profissão e a retenção das existentes”, acrescenta. ●



**No mundo digital
será que
fazemos melhor
ou apenas mais?**



Quanto melhor a pergunta. Melhor a resposta. Melhor trabalha o Mundo.

CMVM vai estar mais atenta aos órgãos de fiscalização das sociedades

Regulador do mercado de capitais tem a supervisão da auditoria. Depois de um período de construção da equipa e início da atividade, quer ter maior interação com os auditores e atenção a “temas críticos”.

MANUEL RIFER

mrifer@jornaleconomico.pt

A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) passou a ser a entidade responsável pela supervisão do mercado de auditoria, depois da entrada em vigor do novo regime jurídico, no início de 2016. Em declarações ao *Jornal Económico*, os responsáveis pela instituição referem que é ainda cedo para serem perfeitamente visíveis os resultados do trabalho que está a ser feito, o regulador refere que o contributo já é “relevante”. E, para o futuro, estão prometidas mais ações e uma atenção acrescida a temas críticos, como o do papel dos órgãos de fiscalização das entidades de interesse público, a prestação de outros serviços distintos de auditoria.

“O prazo decorrido desde o início de 2016 é curto para a missão que se tem em vista, que é guiada pelo objetivo fundamental da melhoria da qualidade da auditoria em Portugal”, diz fonte oficial do regulador ao *Jornal Económico*, explicando que estamos a olhar para um período “que se iniciou pela constituição da equipa de trabalho, pela definição de metodologias e procedimentos de atuação adequados, publicação de respostas a perguntas frequentes, entre outros aspectos”, ou seja, a construção do edifício operacional para cumprir com as novas obrigações.

Seguiu-se a “o início do exercício estruturado e consistente da atividade de supervisão propriamente dita, designadamente a realização de ações de controlo de qualidade sobre auditores de entidades de interesse público, supervisão do controlo de qualidade da OROC [Ordem dos Revisores Oficiais de Contas], registos e averbamentos de auditores que pretendam exercer funções de interesse público, implementação

de regras sobre independência do auditores, rotação obrigatória e limites à prestação de serviços distinto de auditoria, controlo de idoneidades, apreciação de denúncias (tendo algumas delas espoletado a realização de ações de supervisão), entre outras ações, tudo isto já desde o início de 2016”.

Contributo já relevante

O novo enquadramento e a atividade desenvolvida pelo regulador têm o objetivo da melhoria da qualidade, mas o fim último de restauração da confiança do mercado na informação divulgada. “O reforço da confiança do mercado é um desiderato fundamental da CMVM enquanto autoridade competente de supervisão de auditoria, deste modo contribuindo para o aumento da confiança dos investidores e do mercado em geral na informação financeira divulgada pelas empresas (em particular das consideradas entidades de interesse público, pelo seu potencial efeito sistémico), através da melhoria da qualidade da auditoria”, diz fonte da instituição liderada por Gabriela Figueiredo Dias. “A CMVM, apesar do reduzido prazo decorrido como supervisora dos auditores, tem a convicção de ter já contribuído para tal de modo relevante, embora reconheça que há ainda uma margem de progresso e de melhoria significativa e de que o objetivo estabelecido nunca se poderá considerar como definitivamente alcançado”, acrescenta.

E qual tem sido a reação de auditores e de emitentes e este novo quadro? Para a CMVM, a “expectativa é que, tendo em consideração e respeitando as responsabilidades e funções diferenciadas de todos e de cada um, se esteja a caminhar, com o contributo de todos os agentes, no sentido da melhoria consistente e continuada da qualidade da auditoria no nosso país”.

O regulador refere que se manifestou, “desde o início, disponível para apoiar os auditores e prestar-lhes os esclarecimentos devidos pela entrada em vigor do novo quadro de auditoria. Emitiu em 2016 dois conjuntos de respostas às questões mais frequentes, atualizados já em 2017, bem como emitiu diversas circulares e respondeu a múltiplos pedidos de esclarecimentos”.

Aprofundamento das ações e da interatividade com auditores

As prioridades da CMVM, na área da supervisão de auditoria, para o futuro serão sempre norteadas pelo objetivo primordial que é “contribuir e promover a melhoria da qualidade da auditoria”. O cumprimento deste objetivo vai traduzir-se num “aprofundamento da realização de ações de controlo de qualidade de auditores de entidades de interesse público (atribuição que é seu exclusivo)”, assim como da “supervisão do controlo de qualidade exercido pela OROC (sobre auditores de não-EIP), além de todas as suas outras funções”.

Fonte oficial da CMVM refere que, “menos de 2 anos após a entrada em vigor do novo regime, aquela que foi uma das prioridades mais complexas e difíceis” do regulador, enquanto entidade responsável pela implementação das novas regras ditadas pelo direito europeu, com que o regulador teve de lidar nos primeiros tempos – a rotação obrigatória dos auditores –, “deixou de o ser. Por ter sido possível fazer entender aos auditores a exata noção da imperatividade destas normas, mas sobretudo, estamos em crer, a sua perceção da mais-valia que esta regra importa para a qualidade da auditoria e para a independência e reforço da credibilidade dos auditores e da auditoria em geral”.

No âmbito da prioridade geral de reforço da independência e

A CMVM pretende, “nos próximos tempos, aprofundar a interação com os auditores” e a sua ação relativamente a “temas críticos, como o do papel, para este efeito, dos órgãos de fiscalização das entidades de interesse público, a prestação de serviços distintos de auditoria e a idoneidade dos auditores”





Cristina Bernardo

melhoria da qualidade da auditoria, a CMVM pretende, “nos próximos tempos, aprofundar a interação com os auditores” e a sua ação relativamente a “temas críticos, como o do papel, para este efeito, dos órgãos de fiscalização das entidades de interesse público, a prestação de serviços distintos de auditoria e a idoneidade dos auditores”.

“A CMVM, como supervisora de auditoria, assume o grande objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade da auditoria em Portugal. A sua experiência de quase dois anos, em particular em ações de controlo de qualidade, permite-lhe concluir que há uma margem significativa de melhoria e de progresso em termos da qualidade da auditoria”, referem os responsáveis pela regulação.

No entanto, sublinham que todos os agentes têm de participar. “Assumindo as suas responsabilidades para a consecução deste objetivo, a CMVM entende que o mesmo, para ser alcançado, requer também o contributo empenhado e adequado de outros agentes relevantes: os auditores, em primeiro lugar, bem como o organismo profissional [a OROC] e os órgãos de fiscalização das entidades auditadas, nomeadamente. Todos, no respeito das atribuições dos restantes, mas no cumprimento dos respetivos imperativos legais e/ou profissionais, não serão demais para a consecução do objetivo enunciado. É certamente de um novo e mais exigente paradigma da auditoria em Portugal de que estamos a falar, mas que, na opinião da CMVM, se afigura incontornável para todos os agentes envolvidos”, afirmam. ●

INVESTIMENTO EM RECURSOS HUMANOS

A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) passou a ser a responsável pela supervisão do mercado da auditoria, na sequência da entrada em vigor do novo regime jurídico. Para fazer face às novas obrigações, o regulador tem um Departamento de Supervisão de Auditoria, que conta com 14 pessoas, incluindo a direção e o apoio administrativo.

Em declarações ao Jornal Económico, fonte oficial da instituição liderada por Gabriela Figueiredo Dias explica que “o investimento mais relevante” feito para adaptação ao novo enquadramento “foi em termos de recursos humanos, através da constituição e formação específica para as funções de uma equipa que se pretende qualificada e focada no correto exercício das funções do departamento e da sua missão. O investimento material não foi significativo”.

“Depois, há todo o outro ‘investimento’ que está a ser feito, porventura mais importante ainda, e que é sobretudo cultural, formativo e de mentalidade, procurando incutir gradualmente nos auditores e nos utilizadores do produto do seu trabalho uma cultura de reforço da qualidade, responsabilidade e contributo proativo para a transparência e dinamismo do mercado e da economia”, acrescenta, referindo que, “neste sentido, a CMVM tem dialogado pessoalmente com os auditores alvo das suas ações de supervisão e tem-se manifestado disponível a partilhar os seus projetos de melhoria da qualidade de auditoria, salvaguardando que lhes cabe a eles a responsabilidade por implementar as soluções para as eventuais deficiências de auditoria detetadas nas ações de controlo de qualidade da CMVM”.

O novo enquadramento e a atividade desenvolvida pelo regulador têm o objetivo da melhoria da qualidade, mas o fim último de restauração da confiança do mercado na informação divulgada



ENTREVISTA **JOSÉ AZEVEDO RODRIGUES** Bastonário da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas

“Receamos que o objetivo de maior concorrência e abertura não esteja a ser atingido”

José Azevedo Rodrigues considera que a avaliação das consequências do novo enquadramento jurídico ainda é precoce, mas adianta que há uma maior consciencialização do mercado sobre a importância da informação que é disponibilizada.

**FILIPE ALVES
E RICARDO SANTOS FERREIRA**
rsferreira@jornaleconomico.pt

O novo enquadramento jurídico para a auditoria tinha entre os objetivos propostos contribuir para o reforço da confiança dos agentes do mercado e gerar maior concorrência no setor. Em entrevista ao Jornal Económico, o bastonário da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC), José Azevedo Rodrigues, diz que ainda é cedo para uma avaliação, mas sustenta que ainda não há um fortalecimento visível das firmas de menor di-

menção, por forma a que exista uma maior concorrência no mercado. Mas haverá maior confiança, porque é reconhecido o esforço de melhoria. “O mercado está mais consciente e isso é muito importante, ganhando os agentes económicos mais perceção sobre a importância da diversa informação disponível”, afirma Azevedo Rodrigues.

Que balanço faz da aplicação do novo Regime Jurídico de Supervisão de Auditoria?

Apesar de o novo regime jurídico ter entrado em vigor em 1 de janeiro de 2016, ainda não é possível

“

As firmas de menor dimensão apresentam sérias dificuldades de adaptação a novas exigências burocráticas que lhes são exigidas”

fazer um balanço completo, pois existem ainda vários aspetos por esclarecer. Após a publicação das leis, foi produzida outra regulamentação, a qual foi já objeto de alteração. Por outro lado, a Ordem propôs ao Governo a revisão de alguns aspetos previstos nas leis, alguns dos quais de difícil aplicação – por exemplo, quando as próprias disposições legais se contradizem entre si.

Considera que existe maior concorrência e maior abertura no sector?

Gostaríamos e julgamos que era a intenção inicial do legislador, quer

européu quer nacional, que houvesse maior concorrência no mercado, nomeadamente com o fortalecimento das firmas de auditoria que não se enquadram no escalão “Big 4”. Ainda não foi possível constatar esse fortalecimento, antes pelo contrário, as firmas de menor dimensão apresentam sérias dificuldades de adaptação a novas exigências burocráticas que lhes são exigidas, provocando riscos de sustentabilidade face ao mercado de auditoria em Portugal, constatando-se mesmo um fenómeno de maior concentração. Ainda que se possa também identificar, e identificamos, como saudá-



Foto cedida

vel uma parte desse processo de concentração – por exemplo, deixaram de existir sociedades unipessoais entre as firmas de auditoria –, estamos também receosos de que o objetivo de maior concorrência e abertura do setor não esteja efetivamente a ser atingido.

Foi reforçada a confiança do mercado?

Estamos convictos de que é sempre reforçada a confiança no mercado quando o mercado percebe o esforço significativo que é feito para que exista um melhor controlo, melhores regras, mais transparência, mais independência. Neste aspeto, julgamos que a confiança está a ser reforçada e esse trabalho de reforço da confiança tem de ser continuado. É um trabalho permanente.

Como a se adaptou a OROC ao novo contexto ao novo enquadramento regulatório?

Diria que ainda estamos em processo de adaptação. A nível técnico, a adaptação tem sido assegurada pelo Departamento Técnico, foram reforçados pelo Departamento de formação os programas formativos, continuando o Controlo de Qualidade a ser efetuado diretamente pela Or-

dem, com exceção dos auditores (revisores oficiais de contas) que exercem funções de revisão legal de contas em entidades classificadas como “Entidades de Interesse Público”.

Como se reflectem as novas regras nos auditores que não operam com Entidades de Interesse Público (EIP)?

Na parte que nos parece mais relevante, que é o exercício da profissão propriamente dito, todos os auditores estão obrigados a aplicar as normas internacionais de auditoria desde 1 de janeiro de 2016, incluindo as normas relativas ao controlo de qualidade. Este é o aspeto que julgamos mais importante e que mais benefícios deverá trazer ao mercado. Não só pelo aumento da qualidade da auditoria, mas também pela homogeneização dessa função face aos outros países. Neste aspeto, é também verdade que tínhamos já uma base de qualidade significativa que nos permitiu encarar este desafio sem grande apreensão. Ainda assim, é um desafio importante.

Que constrangimentos foram criados?

Ainda não conseguimos fazer um balanço das consequências dos

constrangimentos criados. Pensamos que alguns, os que possam ser entendidos como desnecessários, possam vir a ser revistos, pois quer a auditoria, quer a sua supervisão, sairiam beneficiados e reforçados dessa potencial revisão.

Que avaliação faz da situação do mercado no actual contexto económico?

Penso que há uma evolução positiva no mercado. Julgo que o mercado está mais consciente e isso é muito importante, ganhando os agentes económicos mais percepção sobre a importância da diversa informação disponível. No que diz respeito à nossa profissão, julgamos essencial que seja percebido o nosso papel, que os relatórios emitidos pelos auditores sejam úteis. Quer dizer, que o mercado entenda o papel desse relatório e o utilize quando precisa de utilizar a informação financeira prestada pelas empresas ou outras entidades. Houve claramente uma alteração significativa na redação dos relatórios com vista a informar melhor o mercado. Com vista a aumentar de forma razoável a confiança que os utilizadores podem depositar na informação financeira prestada pelas entidades. ●

PUB

RSM & Associados – Sroc, Lda.

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas



AUDIT | TAX | CONSULTING

SEDE

Av. do Brasil, 15 – 1º – 1749-112 Lisboa
Tel: (+351) 21 355 35 50
Fax: (+351) 21 356 19 52
E-mail: geral.lisboa@rsmpt.pt

Rua da Saudade, 132 – 3º – 4150-682 Porto
Tel: (+351) 22 207 43 50
Fax: (+351) 22 208 14 77
E-mail: geral.porto@rsmpt.pt

Inscrita na OROC sob o n.º 21
Inscrita na CMVM sob o n.º 20161380
www.rsmpt.pt

“Estou particularmente preocupado com o investimento na profissão”

A tendência de redução dos honorários e de aumento do trabalho é apontada como um risco para a profissão, que terá cada vez mais dificuldade em atrair e reter talento.

FILIPE ALVES
E RICARDO SANTOS FERREIRA
 rsferreira@jornaleconomico.pt

As novas regras para a auditoria obrigam os agentes do setor a alterar a forma como desempenham a atividade. Para o bastonário da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC), José Azevedo Rodrigues, a formação é, por isso mesmo essencial. Mas a preocupação maior prende-se com o o desenvolvimento e o futuro da profissão. “Receio que se esteja a instalar uma nítida perda de atratividade da profissão”, diz.

Como tem sido promovida a adaptação dos auditores?

A Ordem tem reforçado a formação, ao que tem correspondido uma aderência significativa por parte dos revisores oficiais de contas, o Departamento Técnico tem emitido guias de aplicação técnica para auxílio na aplicação de normas internacionais de auditoria no contexto concreto da nossa jurisdição. O Departamento Técnico e a nossa Assessoria Jurídica têm sido exemplares quer no apoio ao Conselho Diretivo, quer no atendimento dos membros para esclarecimento de dúvidas.

A nível técnico, não existem impactos muito diferentes nos auditores de EIP ou não EIP. O impacto é maior nas regras adicionais que os auditores de EIP têm de observar, as quais não são normas técnicas, mas regras de outra natureza, como a obrigatoriedade de rotação, a limitação da prestação de outros serviços – para além da limitação a que por via das normas de auditoria e do código de ética todos os auditores estão obrigados – deveres de reporte, também de reporte administrativo...

Quais os maiores desafios ao sector no futuro próximo?

Insisto na formação. O exercício da profissão de auditoria exige elevada capacidade de interpretação da realidade de uma empresa e da atividade que desenvolve. Afinal, o nosso objetivo é dar uma opinião sobre em que medida aquele balanço dá uma imagem adequada da posição financeira da entidade, em

todos os aspetos materiais, de acordo com as normas contabilísticas. Para se alcançar este objetivo, exige-se muito conhecimento, muita capacidade crítica, etc.

É necessária experiência profissional, insisto, é necessária experiência profissional, é necessária formação, discussão com colegas, etc. tem de ser dado espaço, constantemente, a esta construção de capacidade profissional.

Defendemos a multidisciplinaridade e o nosso atual estatuto prevê que qualquer pessoa com formação superior (ao nível de mestrado no caso de “cursos pós-bolonha”) se possa candidatar a Revisor Oficial de Contas independentemente

“

Numa altura em que as firmas de auditoria deviam estar a investir, destacando o investimento necessário nos seus recursos humanos, observamos que se encontram a enfrentar desafios como honorários baixos, redução dos níveis de rentabilidade dos seus trabalhos, maior carga administrativa, etc”



da área formativa. Efetivamente, para o bom exercício da profissão são muitas as valências a que um auditor tem de recorrer, por vezes socorrendo-se de peritos.

O domínio das tecnologias de informação é uma necessidade também incontornável.

O aumento da capacidade de exercício da profissão é um grande desafio. Numa altura em que as firmas de auditoria deviam estar a investir, destacando o investimento necessário nos seus recursos humanos, pelo aumento das equipas, da multidisciplinaridade

e pelo aumento da formação quer teórica quer “on job” ou outra, observamos que as firmas de auditoria se encontram a enfrentar desafios como: honorários baixos, designadamente no setor público; redução dos níveis de rentabilidade dos seus trabalhos; imposição de cada vez maior número de deveres “adicionais à auditoria”, maior carga administrativa, risco de continuidade, etc.

É claro que muitos outros desafios se poderiam destacar mas neste momento estou particularmente preocupado com as dificul-

dades de investimento na profissão. A Ordem assiste a um decréscimo abrupto de candidatos. A profissão devia ser atrativa, os possíveis interessados em aceder a esta profissão deviam encará-la como nobre, desafiante, prestigiante, compensadora dos grandes esforços, de que nela milita. Contudo, receio que se esteja a instalar uma nítida perda de atratividade da profissão, prejudicando, por exemplo, a atração de profissionais de maior competência e o interesse dos jovens licenciados mais talentosos. ●

Temos as competências de que precisa



pwc

*Considerada, em 2017,
a 8ª marca mais
poderosa do mundo
de acordo com a Brand
Finance Global 500.*

O nosso compromisso é a prestação de serviços de excelência adaptados às novas exigências do mercado

Enquanto líder mundial de serviços de auditoria, sabemos que o valor e a confiança são os ingredientes de uma relação de qualidade. Os nossos serviços integram um aconselhamento contínuo que garante oferta de valor, aumentando assim a confiança dos investidores.

Descubra como a PwC o pode ajudar.



Saiba mais em
www.pwc.pt/assurance



AUDITORIA QUAIS SÃO OS DESAFIOS PARA O SETOR?

O Jornal Económico foi saber como o mercado da auditoria em Portugal avalia o atual momento e quais são os desafios que se colocam ao desenvolvimento da atividade, num período de mercado pelo novo quadro regulatório.

Quando ainda só passaram dois anos sobre a entrada em vigor do novo regime jurídico da auditoria, o principal desafio que se coloca às empresas do setor continua a ser o processo de adaptação ao atual quadro regulamentar e a tudo o que resulta da aplicação das novas regras.

Entre as principais preocupações regista-se a forma como se encara o aumento dos custos, ao mesmo tempo que se reduzem os honorários cobrados aos clientes, mesmo quando o trabalho aumenta. E, também, como atrair e manter talento, especialmente quando está outra revolução a acontecer, que não é regulamentar, mas operacional: a transformação digital.

“Esta legislação trouxe uma nova dinâmica ao mercado”, diz Vitor Ribeirinho, vice-presidente da KPMG.

Olhando para o futuro, Rui Martins, assurance leader da EY, diz que o principal desafio “tem a ver com a dissonância entre o estatuto de interesse público da atividade de auditoria e a estagnação dos honorários praticados no mercado”.

“Num mercado livre, não existem preços mínimos, mas algo deveria ser feito quando notoriamente as responsabilidades decorrentes de serviço público e a carga de trabalho exigida aumentam de forma significativa, sem contrapartida nos honorários praticados por muitos players do mercado”, refere Paulo André, managing partner da Baker Tilly.

Esta situação levanta, de seguida, uma questão: com o esmagamento de margens, como se atrai e retém talento? Este é outro desafio identificado pelos intervenientes.

“A auditoria não pode ser transformada numa commodity. Queremos manter o investimento na atracção e retenção dos melhores talentos”, diz Vitor Ribeirinho. “Os honorários das auditorias baixaram para níveis em que, aliado

ao aumento das exigências regulatórias, pode ser preferível não ser o auditor. Esta redução é um dos maiores desafios que se colocam, já que pode influenciar inclusive a sustentabilidade do setor e a atratividade de jovens para um setor envelhecido e com grande défice de profissionais”, aponta Jorge Costa, assurance partner da PwC.

Será mais preocupante quando a necessidade de formação também aumenta, decorrente das obrigações com que agora os auditores têm de lidar, e com os desafios da tecnologia que já são uma realidade muito presente. Luís Gaspar, managing partner da Mazars, sintetiza: “A atividade de auditoria está atualmente confrontada com dois grandes desafios e com os quais nos vamos continuar a deparar num futuro próximo: (i) promover a retoma do interesse na profissão por parte de recursos humanos qualificados e (ii) acompanhar a transformação tecnológica que se tem verificado e que se espera acelere nos próximos anos”.

Este permanente desafio “obriga os profissionais de auditoria a um forte e sério compromisso com a exigência técnica e ética do exercício da profissão. Obriga a uma aposta na formação contínua e na incorporação de novas abordagens de auditoria assentes em novas e modernas ferramentas de trabalho, com uma evidência clara de qual o valor acrescentado para as empresas que contratam os serviços profissionais de auditoria”, considera Vitor Santos, partner da DFK & Associados.

Rui Carrilho, partner da Auren, põe a tónica num desafio que, como diz, é transversal: a transformação digital. “Temos que garantir a digitalização gradual dos nossos serviços, oferecendo aos nossos clientes o acesso a informação válida em tempo real, sem incorrer nem em riscos de segurança, nem na violação do novo Regime Geral de Proteção de dados”, refere. ●



RUI MARTINS
Assurance Leader
EY

INVESTIMENTO EM TECNOLOGIA

A aplicação das novas regras sobre a atividade de auditoria coincidiu com o final de mandato dos auditores de algumas das maiores empresas do País. Daí resultou um número elevado de consultas ao mercado, sendo a EY a SROC que até agora mereceu a confiança de mais entidades de interesse público em processos de rotação obrigatória de auditores.

Este é um resultado que nos orgulha e que constitui uma motivação adicional para os nossos colaboradores. No entanto, este sucesso envolveu muito investimento e trabalho prévios, tendo havido a preocupação de criar capacidade de resposta para a nova situação de mercado de forma a não prejudicar a qualidade do serviço prestado à nossa base de clientes anterior. O principal desafio para o futuro tem a ver com a dissonância entre o estatuto de interesse público da atividade de auditoria e a estagnação dos honorários praticados no mercado. Esta é uma situação a que a EY tem dado resposta com investimentos em tecnologia, assegurando eficiência no processo de auditoria. Acreditamos que o regulador está atento e que não deixará de ir avaliando se o nível de esforço exigido para uma auditoria de qualidade é sustentável face a algumas das práticas do mercado.



JORGE COSTA
Assurance Partner
PWC

MUDANÇA E DESAFIOS

A mudança mais evidente resulta da entrada em vigor da obrigatoriedade de rotação dos auditores nas entidades de interesse público, e já levou a que grupos como a CGD, BCP, Jerónimo Martins, Amorim, Mota Engil, Semapa, EDP, Santander ou BPI, já tenham mudado de auditor ou escolhido o próximo.

Tal como seria expectável, estas alterações não diminuíram a concentração, mas apenas levaram a uma troca de clientes entre as chamadas Big 4. O aumento da complexidade do reporte financeiro e das exigências dos reguladores faz com que as empresas se sintam mais seguras com auditoras de maior dimensão, pelo que a intenção dos legisladores de reduzir a concentração do setor, é por agora, uma intenção falhada.

O aumento das limitações à prestação de serviços adicionais pelos auditores veio trazer um outro desafio. Compensa ser o auditor? Ou será que é preferível não ser o auditor e ficar sem limitações à prestação de outros serviços que têm níveis de honorários muito mais atrativos? Os honorários das auditorias baixaram para níveis em que, aliado ao aumento das exigências regulatórias, pode ser preferível não ser o auditor. Esta redução é um dos maiores desafios que se colocam, já que pode influenciar inclusive a sustentabilidade do setor e a atratividade de jovens para um setor envelhecido e com grande défice de profissionais. Este é um risco a que o supervisor deveria prestar muita atenção.

O aumento da exposição pública a que o trabalho dos auditores está sujeito, bem como o desajustamento das expectativas entre aquilo que o mercado espera dos auditores e o que o nosso trabalho pode de facto trazer em termos de geração de confiança é outro desafio que teremos que continuar a enfrentar nos próximos anos e de que esta alteração legislativa é apenas o primeiro de outros passos que se seguirão.



VÍTOR RIBEIRINHO
Vice-presidente
KPMG

ATRAIR E RETER TALENTO

O sector vive um novo enquadramento legislativo, que trouxe uma nova dinâmica ao mercado. No entanto, todos os stakeholders devem tirar ilações deste primeiro período, marcado, na nossa opinião, por uma política de dumping de preços que pode colocar em causa a qualidade das equipas de auditoria e consequentemente dos trabalhos.

É importante que os reguladores estejam atentos e monitorizem os honorários praticados, em particular face à dimensão e complexidade de algumas entidades. A auditoria não pode ser transformada numa commodity.

Queremos manter o investimento na atracção e retenção dos melhores talentos, só assim será possível prestar serviços com a qualidade e o rigor exigido.

Para a KPMG, que partiu para esta etapa como líder na prestação de serviços de auditoria a entidades cotadas, os nossos desafios têm passado, por um lado, por assumirmo-nos como preferred providers de serviços de Assurance, Tax e Advisory dos clientes em que fomos sujeitos a rotação. Por outro lado, apresentarmos-nos nos targets de Auditoria com aquelas que consideramos as melhores equipas para os servir, mantendo um princípio fundamental, que passa por honorários justos para o compromisso de qualidade que devemos ter.

Esta dinâmica trouxe-nos a oportunidade de trabalhar com novos clientes, bem como de apoiar clientes com quem já trabalhávamos, em áreas que até agora nos estavam vedadas por sermos auditores. A demonstração de que estamos no bom caminho é reflectida na análise comparativa dos últimos relatórios de transparência, em que a KPMG surge como líder na prestação de serviços de auditoria.



confiança
na **auren**



AUDITORIA FINANCEIRA
ASSESSORIA
CONSULTORIA
FINANÇAS CORPORATIVAS

a equipa que precisa
para o êxito da sua empresa

LISBOA: RUA FRADESSO DA SILVEIRA, N.º6, 3.ªA COMPLEXO ALCÂNTARA RIO, BLOCO C 1300-609 LISBOA
+351 213 602 500 • auren.lisboa@auren.pt

PORTO: RUA DA PAZ, N.º 66, 6.º - 6.2 EDIFÍCIO PARK, 4050-461 PORTO • +351 226 060 770 • auren.porto@auren.pt

www.auren.com

ESPECIAL AUDITORIA E REVISÃO DE CONTAS



LUÍS GASPAR
Managing Partner
Mazars OPortugal

INTERESSE E QUALIFICAÇÃO

A atividade de auditoria está atualmente confrontada com dois grandes desafios e com os quais nos vamos continuar a deparar num futuro próximo: (i) promover a retoma do interesse na profissão por parte de recursos humanos qualificados e (ii) acompanhar a transformação tecnológica que se tem verificado e que se espera acelere nos próximos anos. Foi precisamente para responder a esta última questão que o grupo Mazars adquiriu recentemente uma empresa francesa de prescriptive analytics e data science, a Zettafox, que nos permitirá oferecer aos nossos clientes soluções taylor made baseadas na análise de dados das empresas e dos mercados que servimos. E se esta é uma resposta que reside apenas nas mãos das empresas de auditoria, posicionando-se e preparando-se para as novas exigências do mercado, já a promoção da retoma do interesse na profissão por parte de recursos humanos qualificados é uma questão de caráter mais ambíguo.

As empresas, e não apenas as de auditoria, sentem hoje o peso de se adaptarem a nova geração que procura mais do que um "vencimento salarial" e que estão mesmo dispostas a abdicar do mesmo em prol de outros fatores de caráter mais emocional.

A resposta a este desafio não é óbvia, nem imediata, e exigirá antes alterações profundas no seio da cultura das próprias empresas.



VÍTOR SANTOS
Partner
DFK & Associados, SROC

POSICIONAMENTO E FORMAÇÃO

A evolução da atividade de auditoria decorre da evolução da economia, mas é também condicionada por fatores relacionados com a regulamentação da atividade e com as alterações legislativas, nomeadamente as relacionadas com as sociedades comerciais.

Atualmente, com os ventos favoráveis do crescimento da economia, temos em simultâneo o excesso de regulamentação no exercício da atividade e a ameaça das alterações que estão a ocorrer, e as que se prevêem que venham a ocorrer, na verdadeira natureza das sociedades anónimas.

A prazo, o conceito de sociedade anónima nas pequenas e médias empresas pode deixar de fazer sentido, implicando assim uma redução da atividade de auditoria por força da escolha do tipo societário por parte dos empresários. Seja por esta via seja por outra, a atividade de auditoria terá de se posicionar acima de uma obrigação legal de quem contrata um serviço de auditoria. Esta situação torna-se mais visível no segmento de auditoria às pequenas e médias empresas, onde o auditor terá necessariamente de ir muito mais além da apresentação de um relatório de auditoria. Neste contexto, são inegáveis os múltiplos e crescentes desafios que se colocam à atividade de auditoria, nomeadamente na perceção clara por parte das empresas auditadas e das instituições do valor da contribuição do auditor no processo de profissionalização de apresentação e divulgação de contas auditadas. O alcance deste permanente desafio obriga os profissionais de auditoria a um forte e sério compromisso com a exigência técnica e ética do exercício da profissão. Obriga a uma aposta na formação contínua e na incorporação de novas abordagens de auditoria assentes em novas e modernas ferramentas de trabalho, no sentido de "fazer mais e melhor e em menos tempo", com uma evidência clara de qual o valor acrescentado para as empresas que contratam os serviços profissionais de auditoria.



PAULO ANDRÉ
Managing Partner
Baker Tilly

EXPECTATIVAS E DESENVOLVIMENTO

As responsabilidades dos auditores e a sua exposição nunca foram tão grandes como agora. Contas auditadas são uma garantia de controlo e segurança para os stakeholders (accionistas, colaboradores, financiadores e fornecedores). Mas a pressão da tesouraria e dos resultados das empresas, continuam a dificultar o justo aumento de honorários. Num mercado livre não existem preços mínimos, mas algo deveria ser feito quando notoriamente as responsabilidades decorrentes de serviço público e a carga de trabalho exigida aumentam de forma significativa, sem contrapartida nos honorários praticados por muitos players do mercado.

O expectation gap (nível de qualidade de uma auditoria e nível de honorários aceites pelos clientes) continua a ser um dos principais desafios da profissão. O crescimento da economia nos períodos mais recentes tem permitido de alguma forma ajudar a ultrapassar estas dificuldades. O contínuo desenvolvimento das tecnologias de informação, o reporte periódico das sociedades para o mercado e a redução dos prazos entre a preparação da informação e sua divulgação são desafios crescentes para os auditores, pela necessidade de acompanhamento permanente da atividade das sociedades e capacidade para emitir declarações sobre a informação transmitida ao mercado (seja ela parcial, trimestral, semestral ou anual) ainda que não obrigatória, mas exigida/solicitada pelo mercado.

O aumento do recurso a tecnologias de informação para tratamento e análise de dados e mais qualificação técnica são claramente desafios para os auditores que queiram estar no mercado. Data analytics, data processing e Business Intelligence, são novas variáveis numa auditoria. Constituem uma ameaça para os pequenos auditores e uma oportunidade para os que investirem em tecnologias de informação e virem nestas áreas novas linhas de serviço.

Muitas sociedades de revisores de menor dimensão, têm avaliado o nível de exposição ao risco que as novas regras envolvem, tendo em consideração os honorários que proporcionam, pelo que se antecipa uma maior concentração do mercado.

Destas situações resulta uma maior pressão para a extinção de SROC nacionais (onde existem problemas de sucessão, falta de branding/comunicação, défice de gestão do negócio, dificuldade de atrair e reter recursos), ou a sua integração / fusão em firmas internacionais de auditoria de média dimensão (mid-tear firms). Neste segmento (mid-tear firms), quem tiver uma estratégia correta e sustentada, terá margem para crescimento.



RUI CARRILHO
Partner
Auren

COMUNICAÇÃO E PESSOAS

Num mercado cada vez mais competitivo, com menos empresas sujeitas a auditoria e mais concorrentes, os grandes desafios são dar a conhecer a qualidade dos nossos serviços e sermos capazes de atrair e de criar equipas com mais talento e mais incorporação de tecnologia.

Com as grandes empresas a continuar a dominar o mercado português, o desafio de comunicação é crítico. Com os limites conhecidos, nomeadamente no que diz respeito à divulgação dos nossos serviços, temos que reinventar a nossa presença nos meios de comunicação, principalmente nos digitais, onde poderemos recrutar os futuros membros das equipas e captar a atenção de potenciais clientes para os benefícios da prestação de serviços por uma mid-tier.

No âmbito do desafio da qualidade das nossas pessoas, para superarmos as expectativas dos clientes e garantir os padrões de qualidade e rigor exigidos no mercado português, gerimos equipas multidisciplinares (auditores, consultores e engenheiros) e implementamos uma cultura de partilha e aprendizagem contínuas, o que é bastante inovador num sector tradicionalmente fechado. Como membros da AUREN - espalhada por toda a Europa e América Latina - trabalhamos com equipas multiculturais, o que também é uma mais-valia para o desenvolvimento da expertise dos nossos auditores e consultores.

Por último, um desafio transversal a todos os negócios: a transformação digital. Temos que garantir a digitalização gradual dos nossos serviços, oferecendo aos nossos clientes o acesso a informação válida em tempo real, sem incorrer nem em riscos de segurança, nem na violação do novo RGPD (Regime Geral de Proteção de dados).



BAKER TILLY

Growth through collaboration

Audit | Tax | Advisory



**Baker Tilly International
Network of the Year**

Accounting
Accountant

International Accounting Bulletin and
The Accountant Awards 2016

**INTERNATIONAL
TAX REVIEW**

World's Leading Tax Firm 2016 (Portugal)
World's Transfer Pricing Firm 2016 (Portugal)
Transfer Pricing Firm of the Year 2014 (Portugal)
Indirect Tax Leader 2016 (Tiago Almeida Veloso)



Uma ideia não é nada sem uma boa execução

Num contexto de inovação e disrupção a diferença entre o sucesso e o fracasso está na capacidade de fazer acontecer.

É por isso que trabalhamos com paixão e propósito, lado-a-lado com os clientes, combinando abordagens inovadoras com uma vasta experiência, de forma a entregar resultados reais.

Anticipate tomorrow. Deliver today.

KPMG

Proud partner of **web summit**